



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
Departamento de Direito Público

Ficha 2 (variável)

Disciplina: Direito Ambiental		Código: DB 460					
Natureza: ( X ) Obrigatória ( ) Optativa		( ) Semestral ( X ) Anual ( ) Modular					
Pré-requisito:		Co-requisito:		Modalidade: ( X ) Totalmente Presencial ( ) Totalmente EAD ( ) Parcialmente EAD: _____ *CH			
CH Total: 60 CH Semanal: 2 Prática como Componente Curricular (PCC): Atividade Curricular de Extensão (ACE):6	Padrão (PD):50	Laboratório (LB):	Campo (CP):	Estágio (ES):	Orientada (OR): 10	Prática Específica (PE):	Estágio de Formação Pedagógica (EFP):

Indicar a carga horária semestral (em PD-LB-CP-ES-OR-PE-EFP-EXT-PCC)

\*indicar a carga horária que será à distância.

**EMENTA**

Conhecer o campo do direito ambiental a partir de uma abordagem que perpassa as dimensões epistêmica, legislativa e jurídico-analítica. Refletir acerca de efetividade do direito fundamental ao ambiente ecologicamente equilibrado em conexão às questões da transição ecológica e as abordagens do desenvolvimento.

**PROGRAMA**

**MÓDULO 1 - EPISTEMOLOGIA AMBIENTAL**

- 1.1 As diversas concepções de meio ambiente e natureza – a complexidade da questão ambiental
- 1.2 Bases teóricas da história ambiental
  - 1.2.1 Modernidade, natureza e culturas
  - 1.2.2 As vertentes do pensamento ambientalista a partir das conferências mundiais
  - 1.2.3. Correntes filosóficas antropocêntricas e biocêntricas
  - 1.2.4 A questão da natureza na América Latina, a natureza como sujeito de direito, o bem viver
- 1.3 Autonomia, fontes e interdisciplinaridade do Direito Ambiental

1.3.1 O campo jurídico ambiental, o caráter difuso e a multilateralidade das relações jurídicas ambientais

1.3.2 Os princípios estruturantes do Direito Ambiental

## **MÓDULO 2 - O DIREITO AO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO**

2.1. História constitucional do direito ambiental

2.1.1 o direito fundamental ao ambiente ecologicamente equilibrado, direitos e deveres do poder público e da sociedade, mutiescalaridade da proteção ao ambiente, a inter-relação com outros direitos fundamentais

2.1.2 Natureza e abordagens do desenvolvimento (sustentabilidade, extrativismo, pós desenvolvimento, conflitos socioambientais)

2.2 Elementos estruturantes da proteção constitucional ambiental (processos ecológicos essenciais, patrimônio genético, espaços especialmente protegidos, estudo prévio de impacto ambiental, prevenção e precaução, educação ambiental, proteção à fauna e flora, inter-relação com o direito animal, tríplice responsabilidade pelo dano ambiental, deveres relacionados à mineração e energia nuclear).

2.2.1. Repartição de competências (federalismo, competências legislativas e executivas, conflitos). Lei complementar 140/2011.

2.2.2. Proteção internacional do meio ambiente: Principais Convenções e Tratados internacionais de finalidade ambiental ratificados pelo Brasil

2.3 Sistema Nacional do Meio Ambiente. Estrutura multinível da gestão ambiental (União, Estados, Distrito Federal e Municípios). Colegialidade dos órgãos ambientais. Órgãos, entidades e fundações responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental. Direito de informação. Participação e controle social.

2.3.1 Política Nacional do Meio Ambiente. Princípios e diretrizes. Definições. Objetivos. Conama. Instrumentos da PNMA. Impacto ambiental. Definição, caracterização de atividades potencialmente poluidoras. Avaliação de Impacto Ambiental. Estudo Prévio de Impacto ambiental. Estudos ambientais. Natureza jurídica e tipologia do licenciamento ambiental. Audiências públicas; consulta prévia, livre e informada; protocolos comunitários de consulta. Certificação ambiental. Zoneamento Ecológico Econômico. Pagamento por serviços ambientais.

## **MÓDULO 3 - BENS AMBIENTAIS**

3.1. Mandamento constitucional – a natureza como bem comum do povo. Questões conceituais e articulações teóricas em torno das noções de público, privado, “commons” e seus reflexos na gestão ambiental.

3.1.1. Análise integrada da proteção aos bens ambientais: a inter-relação entre a legislação nacional e internacional em temas ambientais

3.2. Definição de Áreas protegidas, espaços especialmente protegidos, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação

3.3. Direito das águas (Política Nacional de Recursos Hídricos, o direito do mar, a proteção da zona costeira, poluição por óleo)

3.4. Proteção das florestas no Brasil (Lei florestal, lei da Mata Atlântica, a proteção dos biomas nacionais)

3.5. Proteção da fauna e da Biodiversidade. Patrimônio genético e conhecimentos tradicionais associados (Convenção da diversidade biológica, Tratado Internacional de Recursos Genéticos Vegetais para Alimentação e Agricultura, Lei 11.105/2005, Lei 13.123/2015)

3.6. Zoneamento Ecológico Econômico e ordenamento territorial

3.7. Política energética, energias limpas, Política Nacional de Resíduos Sólidos, política nacional de segurança de barragens

3.8 Mudanças climáticas, riscos e desastres ambientais.

## **MÓDULO 4 - TRÍPLICE RESPONSABILIDADE PELO DANO AMBIENTAL**

4.1. Dano ambiental – características, tipologia, teoria e prática.

4.2. Tutela administrativa ambiental. Tutela Administrativa, Poder de polícia e meio ambiente. Natureza da responsabilidade. Infrações administrativas, processo administrativo ambiental, prazos prescricionais, termos de compromisso.

4.3. Tutela civil ambiental. Natureza da responsabilidade, elementos para imputação. Dano moral coletivo ambiental.

4.4. Tutela penal ambiental e criminologia verde, tipo de ação, objeto da tutela, características dos crimes ambientais, responsabilidade penal ambiental da pessoa jurídica.

4.5 Instrumentos processuais (jurisdição civil coletiva, ação civil pública, ação popular e outras). Litigância climática. Termos de ajuste de conduta.

### **OBJETIVO GERAL**

Compreender a estrutura normativa nacional e internacional do direito ambiental, suas teorias, instrumentos e princípios vinculados à garantia de efetividade ao direito fundamental ao ambiente ecologicamente equilibrado.

### **OBJETIVO ESPECÍFICO**

Compreender a trajetória da questão ambiental em sua inter-relação global local, principais correntes e teorias, considerando a historicidade dos usos e concepções da natureza, a diversidade da formação social e os conflitos socioambientais no contexto latino-americano.

Estudar o conjunto normativo multinível de proteção aos bens ambientais, as convenções e tratados internacionais, a legislação constitucional e infraconstitucional, bem como os conceitos, princípios, diretrizes, estrutura de gestão, fiscalização e instrumentos jurídicos de proteção.

Analisar a complexidade do dano ambiental e sua tríplice responsabilidade.

Avaliar a proteção jurídica ambiental e a tutela coletiva dos danos socioambientais, por meio de atividades que articulam ensino-pesquisa-extensão.

## PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS

Aulas dialogadas, seminários e encontros com convidados(as), análise de casos emblemáticos, análise de legislação, pesquisa jurisprudencial, práticas extensionistas

## FORMAS DE AVALIAÇÃO

O sistema de avaliação compõe a realização de provas e trabalhos individuais ou em grupos, estudos de caso, problematizações, mapas conceituais, elaboração de trabalhos, relatórios técnicos e pareceres.

## BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato (Orgs). Direito constitucional ambiental brasileiro. São Paulo: Saraiva.

MACHADO, Paulo Afonso Leme. Direito ambiental brasileiro. São Paulo: RT.

SANTILLI, Juliana. Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo: Peirópolis, 2005. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/SANTILLI\\_Juliana-Socioambientalismo-e-novos-direitos.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/SANTILLI_Juliana-Socioambientalismo-e-novos-direitos.pdf)

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. Curso de Direito Ambiental. São Paulo: Forense.

## BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

ACOSTA, Alberto. O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Elefante, 2016.

ATAÍDE JUNIOR, Vicente de Paula (Coord). Direito animal: interlocuções com outros campos do saber jurídico. Curitiba: Ed. UFPR, 2022.

ANTUNES, Paulo de Bessa. Dano ambiental: uma abordagem conceitual. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

BENJAMIN, Antônio Herman; LECEY, Eládio; CAPELLI, Sílvia. Meio ambiente e acesso à justiça. São Paulo: imprensa oficial, 2007.

CUNHA, Belinda Pereira da (Org). Crise ambiental. Curitiba: Appris, 2016.

FARIAS, Talden. Competência administrativa ambiental. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

\_\_\_\_\_. Licenciamento ambiental: aspectos teóricos e práticos. Minas Gerais: Fórum, 2019.

\_\_\_\_\_; TRENNEPOHL, Terence (Coord). Direito ambiental brasileiro. São Paulo: RT, 2021.

LEFF, Enrique. Ecologia Política. Campinas/SP: Unicamp, 2021.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. Direito processual ambiental brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2018.

\_\_\_\_\_. Curso de Direito ambiental brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2021.

GOYES, David Rodríguez. Southern Green Criminology A Science to End Ecological Discrimination - Perspectives on Crime, Law and Justice in the Global South Bingley: Emerald Publishing Limited, 2019.

KOPENAWA, David; ALBERT, Bruce. A queda do céu: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Cia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Cia. Das Letras, 2020.

LEITE, José Rubens Morato (Coord), et al. A Ecologização do Direito Ambiental Vigente: Rupturas Necessárias. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

LEITE, José Rubens Morato; DINNEBIER, Flávia França. Estado de Direito Ecológico: Conceito, Conteúdo e Novas Dimensões para a Proteção da Natureza. São Paulo: Inst. O direito por um Planeta Verde, 2017, p. 57-87. Disponível em: <http://www.ccj.ufpb.br/sda/contents/documentos/e-book-estado-de-direito-ecologico-prof-dr-jose-rubens-morato-leite.pdf/view>

LEITE, José Rubens Morato; AYALA, Patryck de Araújo. Dano ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial. Teoria e prática. 3 ed. São Paulo: RT. 2019.

LEUZINGER, Márcia Dieguez. [et al] (Orgs.). Os 20 anos da lei do sistema nacional de unidades de conservação. Brasília: UniCEUB: ICPD, 2020. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/prefix/14816/4/EBook%20SNUC.pdf>

MACHADO, Paulo Afonso; ARAGÃO, Maria Alexandra de Sousa. Princípios do direito ambiental. Salvador/BA: Juspodivm, 2022.

MAMED, Danielle de Ouro. Natureza como mercadoria: das origens na racionalidade moderna à (in)sustentabilidade ambiental. Londrina/PR: Toth, 2021.

MENDONÇA, Francisco; DIAS, Mariana Andreotti. Meio ambiente e sustentabilidade. Curitiba: Intersaberes, 2019.

MILARÉ, Edis, Direito do Ambiente. São Paulo: RT, 2020.

MORAES, Gabriela Garcia Batista Lima *et al* (Coord). Direito das águas: desafios jurídicos, sociais e agravantes climáticas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021.

OST, François. A natureza à margem da lei: a ecologia à prova do direito. Lisboa/Portugal: Instituto Piaget, 1995.

PAZ, Ronilson José da; LACERDA, Cícero de Souza; FARIAS, Talden; LUCENA, Reinaldo Farias Paiva de; MADRUGA FILHO, Vital José Pessoa (Orgs.). O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Cabedelo, PB: Editora IESP, 2018. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/wp-content/uploads/2018/11/o-direito-ao-meio-ambiente-ecologicamente-equilibrado20181109.pdf>

PACKER, Larissa Ambrosano. Novo Código Florestal e pagamento por serviços ambientais. Curitiba: Juruá, 2015.

PÁDUA, José Augusto. Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PEREIRA, Agostinho Oli Kope; BORILE, Giovani Orso; ARNOLD, Cláudia de Moraes. Meio ambiente, novos direitos e a sociedade de consumo. Caxias do Sul/ES: Educ, 2018. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/ebook-meio-ambiente-novos-direitos.pdf>

SANCHEZ, Luiz Enrique. Avaliação de Impacto Ambiental: conceitos e métodos. São Paulo: Oficina de textos, 2013.

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. Direito constitucional ambiental: constituição, direitos fundamentais e proteção do ambiente. São Paulo: RT, 2017.

\_\_\_\_\_. Direito constitucional ecológico. Constituição, direitos fundamentais e proteção da natureza. São Paulo: RT, 2021.

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. Governança judicial ecológica e direitos ambientais de participação. São Paulo: Saraiva, 2021.

SENADO FEDERAL, COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE. Princípio da proibição de retrocesso ambiental. Brasília: DF, 2012. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/242559/000940398.pdf?sequence=2&isAllowed=y>

SILVA, José Afonso da. Direito ambiental constitucional. São Paulo: Malheiros, 2002.

SILVA, Solange Teles da. Para entender o direito ambiental internacional. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

SILVA, Vasco Pereira da. Verde cor de direito: lições de direito do ambiente. Coimbra: Almedina, 2002.

SOUZA-FERNANDES, Luciana Cordeiro; ARAGÃO, Alexandra; SÁ, Artur Abreu (Orgs.). Novos rumos do direito ambiental: um olhar para a geodiversidade. Campinas/SP: Unicamp, 2021

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. O renascer dos povos indígenas para o direito. Curitiba: Juruá, 1998.

SETZER, Joana; CUNHA, Kamyla; FABBRI, Amália Botter (Coords.). Litigância Climática - novas fronteiras para o direito ambiental no Brasil. São Paulo: RT, 2019.



Documento assinado eletronicamente por **KATYA REGINA ISAGUIRRE TORRES, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 08/04/2022, às 19:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MELINA GIRARDI FACHIN, CHEFE DO DEPARTAMENTO DE DIREITO PUBLICO - JD**, em 06/05/2022, às 09:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida [aqui](#) informando o código verificador **4410969** e o código CRC **81ED7918**.